

“Florianópolis de ontem” e educação patrimonial: um ensaio sobre as ilustrações de Domingos Fossari para a formação docente

Alcione Nawroski

Alcione Nawroski

Universidade Estadual do Vale do

Acaraú, UVA, CE, Brasil

E-mail: alcione.nawroski@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9036-7169>

Fundação de Amparo à Pesquisa e
Inovação do Estado de Santa
Catarina, FAPESC

Resumo

O artigo propõe uma reflexão dirigida à formação docente, tomando a cidade de Florianópolis como objeto de análise à luz da educação patrimonial, em consonância com as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O estudo tem como foco as ilustrações do livro *Florianópolis de ontem*, de Domingos Fossari (1978), compreendendo a paisagem urbana como suporte material da memória coletiva e campo de disputa simbólica. Objetiva-se analisar de que modo os desenhos de Fossari podem operar como dispositivos pedagógicos na formação docente, mobilizando leituras críticas, consciência histórica e identidade cultural. Parte-se da problematização das transformações recentes na cidade, marcadas por intensos processos de mercantilização do espaço urbano. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise documental do acervo do Museu da Escola Catarinense (MESC/UDESC), em diálogo com a educação patrimonial, o direito à cidade, a formação docente e a teoria da memória, mobilizados por contribuições de Harvey (2014), Lefebvre (1973; 2008) Halbwachs (2006), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Freire (1974; 1996) e Benjamin (1987). Consta-se que as ilustrações funcionam como acionadores de memórias e instrumentos de problematização das mudanças urbanas, das privatizações do espaço e dos apagamentos históricos. Conclui-se que a articulação entre patrimônio, memória e formação docente possibilita compreender o espaço urbano como um locus social formativo, fortalecendo o compromisso ético e político do professor diante de uma cidade em permanente transformação.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Memória urbana. Formação docente.

Recebido em: 04/03/2026

Aprovado em: 27/05/2026



 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e111189>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract

“Florianópolis de ontem” and heritage education: an essay on Domingos Fossari’s Illustrations for teacher education

The article proposes a reflection focused on teacher education, taking the city of Florianópolis as the object of analysis through the lens of heritage education, in accordance with the guidelines of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) [National Institute of Historic and Artistic Heritage]. The study focuses on the illustrations in Domingos Fossari’s book *Florianópolis de ontem* (1978), understanding the urban landscape as the material support of collective memory and as a field of symbolic dispute. The objective is to analyze how Fossari’s drawings can operate as pedagogical devices in teacher education, mobilizing critical reading, historical consciousness, and cultural identity. The study departs from an examination of recent urban transformations, marked by processes of urban space commodification. Methodologically, this is a qualitative study based on documentary analysis of seven illustrations from the collection of the Museu da Escola Catarinense (MESC/UDESC) [Santa Catarina School Museum], in dialogue with the fields of heritage education, the right to the city, teacher education, and memory theory, drawing on contributions from Harvey (2014), Lefebvre (1973, 2008), Halbwachs (2006), Horta et al. (1999), Freire (1974, 1996), and Benjamin (1987). The findings indicate that the illustrations function as catalysts of memory and as tools for critically examining urban transformations, the privatization of space, and historical erasures. The article concludes that the articulation among heritage, memory, and teacher education enables an understanding of urban space as a formative locus, thereby strengthening teachers’ ethical and political commitment in the face of a constantly transforming city.

Keywords:

Heritage education. Urban memory. Teacher education.

Resumen

“Florianópolis de ontem” y educación patrimonial: un ensayo sobre las ilustraciones de Domingos Fossari para la formación docente

El artículo propone una reflexión orientada a la formación docente, tomando la ciudad de Florianópolis como objeto de análisis a la luz de la educación patrimonial, en consonancia con las directrices del Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). El estudio se centra en las ilustraciones del libro *Florianópolis de ontem* (1978), de Domingos Fossari, y comprende el paisaje urbano como soporte material de la memoria colectiva y como campo de disputa simbólica. El objetivo es analizar cómo los dibujos de Fossari pueden operar como dispositivos pedagógicos en la formación docente al movilizar lecturas críticas, conciencia histórica e identidad cultural. Se problematizan las transformaciones recientes de la ciudad, marcadas por intensos procesos de mercantilización del espacio urbano. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa basada en el análisis documental de siete ilustraciones pertenecientes al acervo del Museu da Escola Catarinense (MESC/UDESC), en diálogo con la educación patrimonial, el derecho a la ciudad, la formación docente y la teoría de la memoria, a partir de las contribuciones de Harvey (2014), Lefebvre (1973, 2008), Halbwachs (2006), Horta et al. (1999), Freire (1974, 1996) y Benjamin (1987). Los resultados indican la funcionalidad de las ilustraciones como disparadores de memoria y como instrumentos para problematizar los cambios urbanos, la privatización de los espacios y el borramiento histórico. Se concluye que la articulación entre patrimonio, memoria y formación docente permite comprender el espacio urbano como un espacio formativo, fortaleciendo así el compromiso ético y político del profesorado ante una ciudad en permanente transformación.

Palabras clave:

Desigualdades socioeducativas. Indicador de trayectoria. Indicador de permanencia. Tasa de conclusión por segmento.

Introdução

*Tire as construções da minha praia,
Não consigo respirar
(BaianaSystem)*

Em meio às especulações do setor imobiliário, a cidade de Florianópolis, nos últimos anos, vem se destacando entre aquelas com os imóveis mais caros do Brasil. Esse processo, criticamente sintetizado pela banda baiana na expressão “máquina de lucro”, evidencia a subordinação do espaço urbano à lógica da mercantilização. No atual contexto, marcado pela intensificação da especulação imobiliária, e cantada por *BaianaSystem* (2016), “do petróleo em alto-mar que fez o prédio subir”, ensaiamos uma provocação pedagógica ao olhar para a *Florianópolis de ontem* de Domingos Fossari. Desenhista de Itaquí/RS, radicado em Florianópolis, Fossari realizou em 6 de dezembro de 1978 um antigo sonho, de publicar um livro sobre as memórias da cidade que o acolheu desde 1943.

A provocação pedagógica está direcionada à formação de professores, eixo estruturante deste ensaio, que compreende o docente como sujeito histórico apto a ler criticamente a construção do espaço urbano, interpretando suas dimensões sociais, simbólicas e políticas, à luz de Freire (1996). O ato de ensinar implica uma prática investigativa e interventiva, portanto cobra-se do professor uma postura ativa diante de seu contexto social. Nesse horizonte, tomamos a cidade de Florianópolis como locus formativo para intervir com o conceito de Lefebvre (1973; 2008), direito à cidade, aprofundado por Harvey (2014), em que ambos conceituam o espaço urbano como produto das relações sociais atravessadas por valor de uso e valor de troca. Para Lefebvre (1973), é um direito coletivo romper com a produção capitalista do espaço e criar formas mais justas e participativas de viver a cidade, reconfigurando o território e a vida cotidiana.

Florianópolis cresceu e encareceu; passou da cidade de uso para cidade de troca, influenciada pela lógica da mercantilização imobiliária. Lefebvre (1973) destaca que a crise urbana provocada pela “máquina de lucro” é estrutural, e não meramente administrativa, pois decorre da subordinação do espaço à lógica do valor de troca, em que a cidade passa a estar organizada para o consumo, e não para a vida. Na mesma linha, de um ponto de vista econômico mais adensado, Harvey (2014, p. 46) complementa:

[...] a urbanização capitalista destrói a centralidade social com os condomínios fechados, as torres verticalizadas e as privatizações do acesso ao mar, cria centros de decisão e produz segregação espacial dirigida à classe trabalhadora. Essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China.

De acordo com Harvey (2014), a qualidade da vida urbana transforma-se em mercadoria acessível prioritariamente àqueles que dispõem de capital, evidenciando a relação entre urbanização e acumulação. Para o geógrafo britânico, processos como verticalização, financeirização do solo e privatização do espaço público expressam mecanismos de acumulação por espoliação. Nesse contexto, o autor propõe o direito à cidade, em que assume um caráter coletivo e político: trata-se do direito de moldar os processos de urbanização segundo princípios não subordinados ao mercado. O autor ainda destaca que a cidade que queremos precisa estar relacionada ao tipo de pessoas que queremos ser; quais relações sociais buscamos; as relações com a natureza e nossos valores estéticos. “Um movimento desses deve abrir caminho ao florescimento humano universal, para além das coerções da dominação de classe e das determinações mercantilizadas do mercado” (Harvey, 2014, p. 272).

Em que pese a formação de professores, mediada pela leitura crítica da cidade, o docente é instigado a formular questionamentos, estabelecer relações e problematizar as dinâmicas socioespaciais inscritas na paisagem da cidade. Para Libâneo (2015), a formação docente requer uma articulação entre saberes disciplinares e pedagógicos, em que a análise imagética deixa de ser um exercício estético e passa a configurar-se em uma prática formativa, capaz de articular conhecimento sócio-histórico, sensibilidade cultural e consciência crítica. Com o propósito de ampliar essa discussão, buscamos em Halbwachs (2006) a memória coletiva como uma construção social e em Benjamin (1987), a experiência sensível como dimensão da leitura de mundo. São elementos conceituais elencados para referenciar a educação patrimonial como dimensão constitutiva da formação docente libertadora, capaz de transformar a leitura da cidade em práticas pedagógicas orientadas à emancipação e construção da consciência histórica.

No âmbito da teoria urbana, o conceito de direito à cidade, formulado por Lefebvre (2008) e posteriormente desenvolvido por Harvey (2014), consolidou a crítica à mercantilização do espaço urbano, destacando a tensão entre valor de uso e valor de troca. Apesar de sua relevância em compreender as transformações contemporâneas das cidades, essa perspectiva ainda é pouco integrada de modo sistemático à formação de professores. Nesse sentido, temos a pretensão de lapidar uma lacuna apontada por Libâneo (2015, p. 630), que se refere à “dissociação entre os conhecimentos disciplinar e pedagógico nos cursos de formação de professores”.

Dessarte, escolhemos olhar para as ilustrações de Domingos Fossari – chargista, ilustrador e caricaturista –, que em tons amarelados, sugerindo envelhecimento, com hachuras e linhas cruzadas, típicas do desenho manual tradicional, ilustrou 121 desenhos com volume, sombra e textura, de crônicas urbanas. Sobre a reprodutibilidade técnica da obra de arte, iniciada pelo autor na década de 1950, Benjamin (1987, p. 188) destaca que ela “modifica a relação da massa com a arte. [...] O

comportamento progressista se caracteriza pela ligação direta e interna entre o prazer de ver e sentir, por um lado e a atitude do especialista, por outro”.

Fossari contribuiu significativamente ao ofertar um olhar estilizado e sensível sobre a ambientação da cidade de Florianópolis na transição entre séculos – do crepúsculo do Oitocentos ao alvorecer do Novecentos. Contudo é importante sublinhar que esse olhar resulta das escolhas de um artista forasteiro, que encontra na cidade de Florianópolis paisagens passíveis de representação por meio da técnica de nanquim. Trata-se, portanto, de recortes do cotidiano urbano que não abrangem a totalidade do espaço urbano, mas antes configuram cenários selecionados a partir da perspectiva estética do artista.

Sobre as obras, Garcez e Makowiecky (2009) destacam que o autor recorreu às imagens das ruas, parques e casas que já tinham se transformado, recolhendo com fidelidade, por meio de velhas fotos, minúcias da pacata cidade no início do século XX. Assim, Fossari rememorou um tempo em que os bondinhos eram puxados por animais, a barca transportava pessoas da ilha ao continente e pessoas de diferentes classes sociais andavam a pé pelas ruas; além de ilustrar cenas habituais das ruas como o acendedor de lampiões e o vendedor ambulante de camarão:

Cerca de 70% dos trabalhos foram feitos *in loco* e o restante, através de fotografias cedidas pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral, que também foi o autor das legendas. [...] Fossari costumava andar com sua prancheta e lápis registrando os casarios da cidade. Conta sua filha Rosa Fossari Iwersen que quando um casarão estava para ser demolido o artista era chamado, algumas vezes até pelo próprio pessoal da demolição que sabia do artista que “gostava de desenhar casas velhas”, para que registrasse a construção antes de seu desaparecimento (Makowiecky, 2012, p. 263).

Embora a relação entre cidade, memória e educação tenha se consolidado como campo interdisciplinar relevante nas últimas décadas, a articulação direta entre análise imagética do espaço urbano como dispositivo formativo ainda é pouco significativa na formação de professores; mas também no campo da didática, disciplina pedagógica indispensável ao exercício profissional. Para Libâneo (2015, p. 633), a didática é:

[...] referência para a formação de professores à medida que investiga os marcos teóricos e conceituais que fundamentam, a partir das práticas reais de ensino-aprendizagem, os saberes profissionais a serem mobilizados na ação docente, de modo a articular na formação profissional a teoria e a prática.

Assim, intencionamos aprofundar os estudos sobre o direito à cidade, sobre a memória coletiva e a educação patrimonial, que levam em conta a imagem urbana desenhada por Fossari para analisar como essas ilustrações operam como dispositivos pedagógicos, mobilizando uma leitura crítica do território, contribuindo didaticamente para a formação de professores. A análise das ilustrações fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, ancorada na análise iconográfica e iconológica das imagens, articulada ao campo da educação patrimonial sob uma perspectiva crítica. Sobre a técnica que modifica a relação da massa com a arte e do prazer de

olhar e sentir as pinturas de Fossari, escolhemos criteriosamente sete ilustrações para esta pesquisa, as quais fazem parte do acervo do Museu da Escola Catarinense (MESCC)¹, mantido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)². Na pretensão de evitar uma leitura meramente descritiva ou subjetiva, foram estabelecidas categorias prévias de análise, que consiste em verificar o potencial pedagógico das imagens para a formação docente, a saber: (1) configuração arquitetônica e espacialidade urbana; (2) presença de figuras humanas em atividades cotidianas; (3) evidências de transição rural-urbana; e (4) integração entre relevo, construções e circulação de pedestres.

Ademais, a escolha das ilustrações baseou-se em narrativas visuais que expressam formas de habitar, circular e produzir o espaço urbano, buscando identificar de que modo a leitura crítica da paisagem pode operar como dispositivo pedagógico. Para Bernstein (1990, p. 102), o dispositivo pedagógico é entendido como uma forma especializada de comunicação, “medular para a produção, reprodução e transformação da cultura”. O autor ainda acrescenta que esse dispositivo constitui o mecanismo de mediação ou o conjunto de regras e procedimentos por meio dos quais o conhecimento (intelectual, prático, expressivo, oficial ou local) é convertido em comunicação pedagógica, o qual fica disponível para ser transmitido e adquirido durante o processo formativo.

Ao optar por uma pesquisa interpretativa, parte-se do pressuposto de que a imagem constitui documento histórico e dispositivo de memória, capaz de identificar recorrências, tensões, permanências e ausências, passível de leitura crítica no campo da educação patrimonial. A opção por tal metodologia fundamenta-se na compreensão de que o patrimônio cultural não pode ser apreendido exclusivamente por categorias quantitativas, mas implica interpretar os significados sociais (Geertz, 1989).

Ancorada na compreensão halbwichiana de que a memória é estruturada por quadros sociais (Halbwachs, 2006), as ilustrações de *Florianópolis de ontem* são tomadas como dispositivos materiais de memória para debater o direito à cidade na formação de professores, subdividida em quatro seções. A primeira discute a educação patrimonial sob um aporte de descolonização do saber conservador, daquele patrimônio que historicamente foi valorizado pelo saber europeizado e que se estendeu ao Brasil, na década de 1930. A segunda analisa os desenhos de Fossari, permeados de experiência sensível, dispositivos de memória e instrumentos formativos. A terceira fundamenta a formação docente na pedagogia crítica para a formação de um professor pesquisador/observador de seu território. A quarta aborda as implicações didáticas na formação de professores. Por fim, as

¹ Os materiais de procedência do fundo documental da Secretaria Estadual de Educação não possuem um termo de doação e conferem com as reproduções que se encontram no livro publicado pelo autor, em 1985, na sua terceira edição. Hoje, o acervo encontra-se acondicionado em três pastas, com as ilustrações nominadas, que também pode ser encontrado na forma digital.

² Instituição que, sob a coordenação da professora Maria Cristina Fonseca da Silva, oportunizou uma bolsa de pesquisa (Fapesc) de inovação para atender à demanda da sociedade catarinense.

considerações finais apontam como as ilustrações podem contribuir como dispositivos pedagógicos ao tecer reflexões sobre o direito à cidade diante das especulações imobiliárias.

Educação patrimonial e pedagogia crítica

A educação patrimonial não se limita à transmissão de informações históricas, mas promove a experiência sensível do passado no presente. Nesse sentido, as ilustrações de Fossari (1978) deixam de representar apenas resquícios de uma arquitetura colonialista do final do século XIX, objeto tombado, como herança fixa do passado, e passam a ser um acionador e mobilizador de memórias e identidades (Scifoni, 2022). Os documentos escolhidos são analisados à luz das questões problematizadoras do IPHAN – capaz de interpretar marcas históricas, relações de poder e identidades locais inscritas na materialidade arquitetônica – instituídas desde o início do século XXI. Em consonância com o IPHAN (2014), a cidade transforma-se em campo investigativo, no qual se interrogam memórias preservadas e silenciadas, sujeitos invisibilizados e excluídos, práticas culturais legitimadas ou marginalizadas, valorizando-se, assim, as memórias urbanas não monumentalizadas. Nesse sentido, ao reconhecer que o patrimônio não se limita aos monumentos oficiais, mas inclui marcas e interpretações históricas, reafirma-se que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996, p. 30).

Na perspectiva de uma educação libertadora, em que “as práticas educativas passam a fomentar nos educandos a capacidade de anunciar e enunciar o que é patrimônio cultural para si próprio, aquele patrimônio que habita o coração dos grupos sociais e a memória coletiva” (Scifoni, 2022, p. 5), ressaltamos que as ilustrações de Fossari não merecem estar à mercê apenas de arquivos de consulta, mas que possam ser compreendidas como dispositivos simbólicos, capazes de mobilizar memórias – “a mais épica de todas as faculdades” (Benjamin, 1987, p. 210) –, para um permanente diálogo com a cidade de hoje, aquela que vê seus casarões serem demolidos, por uma arquitetura mercantilizada, cantada pela máquina de lucro: “aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose” (Harvey, 2014, p. 46). A crítica social presente na música do *BaianaSystem* permite refletir sobre as mudanças arquitetônicas, permeadas de ansiedade e neuroses, e a perda de espaço público ocorrem em razão do lucro, prejudicando moradores, intervindo na paisagem identitária da cidade.

Ao olhar para o passado da cidade, Halbwachs (2006) destaca que a memória nunca é individual, mas construída socialmente e ancorada no espaço, em que os grupos sociais moldam suas lembranças conforme os lugares que ocupam. Destacamos assim que o patrimônio não é só uma herança natural a ser transmitida para as futuras gerações, mas também uma produção cultural e simbólica que responde a valores e interesses de cada época, em que o patrimônio deixa de ser

representado apenas por monumentos e passa a incluir o cotidiano, o ordinário, as práticas culturais, os saberes populares e as memórias locais. Nesse sentido, as moradas, ruas, modos de viver e trabalhar, ilustrados por Fossari, tornam-se patrimônios legítimos de questionamentos e reflexões, passando a adensar a educação patrimonial – “constituída de todo processo educativo, seja ele formal ou informal, dentro de diversos espaços como museus, escolas, pontos turísticos etc., que tenha como foco o patrimônio cultural e sua função histórica e social” (Fontenele, 2020, p. 82).

Na educação patrimonial, não se trata somente de enaltecer um universo de coisas, mas também de reelaborar os bens culturais no tocante ao fortalecimento da cidadania e conscientização sociocultural do território. Patrimônio e sociedade se complementam, uma vez que é a sociedade quem dá sentido ao patrimônio, vivenciando-o como objeto de memória a ser preservada e multiplicada. Ainda que seja função do Estado legitimar o patrimônio e conferir proteção legal a ele, são os ecos populares que o dirigem a isso, por meio da participação dos cidadãos em conselhos de apoio aos órgãos de patrimônio e associações voltadas para sua salvaguarda.

A cidade como uso: análise das ilustrações de Domingos Fossari

Embora as ilustrações de *Florianópolis de ontem* sejam mobilizadas neste estudo como dispositivos de memória urbana, com edificações e personagens que contribuem para o reconhecimento identitário, capaz de ativar memórias afetivas e sociais relacionadas ao território, possibilitando a vivência interpretativa de nosso tempo, elas possuem limitações. São cenários escolhidos e ilustrados a partir do olhar do artista. Para Halbwachs (2006), a memória coletiva não se constitui de um reflexo homogêneo do passado, mas de uma construção social situada, atravessada por disputas, seleções e silenciamentos. Dessarte, as ilustrações de Fossari (1978) não devem ser interpretadas como expressão totalizante da memória da cidade, e sim como uma narrativa visual, produzida a partir de determinado olhar, contexto histórico e posição social. Assim, as ilustrações também demandam uma leitura crítica que interroge seus silêncios, ausências e enquadramentos, ampliando seu potencial pedagógico na problematização das relações entre memória, poder e representação.

As obras em questão permitem levantar questionamentos para tecer algumas reflexões acerca de: Como as ilustrações podem ser utilizadas para o desenvolvimento da consciência histórica? Quais narrativas sobre passado, presente e mudanças sociais estão sugeridas na cena urbana? Quais conhecimentos emergem da leitura visual de cenas do cotidiano urbano? Que memórias são silenciadas e/ou privilegiadas na representação das ruas? De que forma gênero, raça e classe atravessam a presença e a circulação nas ruas, por exemplo, na Rua Conselheiro Mafra, antiga Rua do Comércio (Figura 1)?

Figura 1 – Rua do Comércio (atual Conselheiro Mafra), século XIX



Fonte: Fossari (1978).

No tempo presente, é possível andar e dialogar com a Rua Conselheiro Mafra, no centro de Florianópolis, onde encontramos traços da arquitetura, cotidiano de lojas e comércios, permeada por narrativas e identidades. Para Lefebvre (2008), a cidade não é feita de arquitetura isolada, mas vivida, possibilitando o espaço do encontro com o outro, e aqui poderíamos acrescentar do encontro com as memórias e suas elocubrações históricas.

Nessa perspectiva, a experiência histórica manifesta-se nos fragmentos do cotidiano, nos rastros deixados pela vida comum (Benjamin, 1987), que podem ser interpretados pela experiência sensível do passado em que o professor/pesquisador experimenta o passado como presença. Para Tokarczuk (2023, p. 257-258), o olhar sensível não é forçado, mas permeado por afetos:

A sensibilidade é a forma mais modesta do amor. É uma espécie de amor que não aparece em escrituras nem evangelhos, ninguém jura sobre ela, ninguém a evoca. Não tem seus emblemas nem símbolos, não leva a crime nem inveja. Ela surge quando olhamos, com atenção e foco, para dentro de um outro ser, naquilo que não é ‘eu’. A sensibilidade é espontânea e gratuita e vai muito além do compartilhamento empático de sentimentos. É mais um compartilhamento consciente, ainda que talvez um pouco melancólico, do destino. A sensibilidade é uma preocupação profunda com outro, com a sua fragilidade, singularidade, vulnerabilidade ao sofrimento e à passagem do tempo. A sensibilidade revela laços, semelhanças e identidades entre nós. É um modo de ver que mostra ao mundo como vivo, vivente, entrelaçado, cooperativo e interdependente.

A autora ainda complementa que um olhar sensível também é um olhar de empatia, em que o sujeito se identifica com o outro. Ao mesmo tempo que o professor/pesquisador se mostra ao mundo, ao reconhecer conflitos, silenciamentos e desigualdades presentes na memória oficial, passa a

compreender que grupos historicamente marginalizados precisam ter seus próprios bens, saberes e narrativas reconhecidos como dignos de preservação.

A leitura sensível de uma imagem também possibilita a exposição das vulnerabilidades pessoais e coletivas, expondo sobretudo nossas fragilidades, como bem destaca Berger (1999, p. 11): “Nunca olhamos apenas uma coisa; estamos sempre olhando a relação entre as coisas e nós mesmos”. Ruas, fachadas, praças e edificações de uma cidade constituem uma paisagem cultural, que pode ser lida, interpretada e questionada sob as mais diversas perspectivas, ao mesmo tempo que vão dizer do observador, professor e pesquisador.

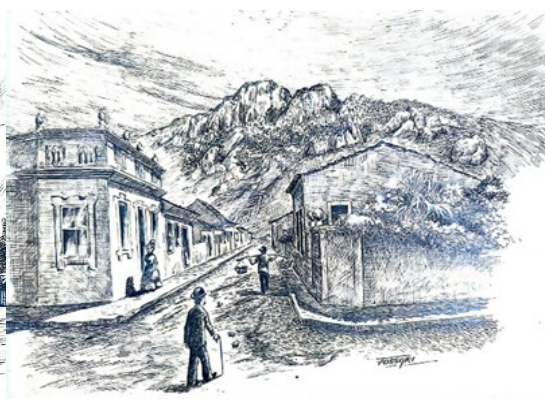
As imagens urbanas de Fossari (1978) possibilitam uma leitura crítica do espaço e a consciência histórica do território. A percepção estética manifestada por meio de um traço memorialista, em que a cor sépia produz um efeito de temporalidade alargada, aproximando o observador de um passado sensível e não espetacularizado, convida-nos a uma composição contemplativa, com ruas vazias ou pouco movimentadas, sugerindo pausa, memória e observação.

Figura 2 – Café Natal. Praça XV



Fonte: Fossari (1978).

Figura 3 – Rua da Tranqueira



Fonte: Fossari (1978).

Observamos o protagonismo de uma arquitetura silenciosa, com fachadas, telhados coloniais do final do século XIX, onde janelas e balcões são detalhados com rigor, mas sem idealizações excessivas. O autor evidencia a valorização do cotidiano pela presença de trabalhadores, crianças, mulheres, como podemos observar na Rua da Tranqueira (Figura 3), integrados ao espaço urbano e destacando a relação entre arquitetura e práticas sociais, como na Praça XV (Figura 2).

Outro elemento a ser destacado é a evidência do rural no interior da urbe, com vegetações, animais e ruas de terra que indicam uma cidade em transição, não plenamente modernizada, dando

ênfase à experiência cotidiana do território. Com um olhar “visto de baixo”³, focado no ordinário do sujeito comum, somos capazes de identificar uma presença simbólica da cidade vivida, por meio do caminhar, carregar mantimentos e o tráfegar pelas ruas.

Ao relacionar as imagens evidenciadas com aquelas que seguem, destacamos mais algumas análises em relação à arquitetura da cidade, como a presença humana, a narrativa geoespacial e a identidade cultural.

Figura 4 – Derradeiro Grupo de Casas do antigo campo de manejo



Fonte: Fossari (1978).

Figura 5 – Sobradinho da esquina Rua Jerônimo Coelho



Fonte: Fossari (1978).

A arquitetura, de influência luso-colonial, com predomínio de construções térreas e casas baixas, de arquitetura similar e contínua, forma frentes alinhadas à rua (Figura 4), fachadas planas, com portas e janelas compassadas, possivelmente para moradia e comércio. Cobertas com telhas cerâmica de duas e quatro águas, adaptadas às condições climáticas, indicam uma urbanização funcional, sem edifícios majestosos. A relação direta com a rua, sem recuos ou jardins frontais, reforça a centralidade da via pública como espaço de socialização, ou, como menciona Lefebvre (1973), espaço de uso (Figura 5). Não há verticalização nem recuos que isolem as construções das ruas, ao contrário, as fachadas dialogam diretamente com o logradouro, evidenciando a cidade como espaço de uso pelo encontro e convivência.

A presença de animais soltos, as ruas não pavimentadas e a circulação de pedestres dão pistas de uma cidade em transição rural-urbana, onde o uso social do território precede sua racionalização técnico-funcional. À luz da teoria de Lefebvre (1973; 2008), as ilustrações representam uma cidade

³ Realizamos uma analogia com o termo britânico *history from below* de E.P Thompson, em que o autor retrata a história vista das experiências, culturas e lutas de classes populares, marginalizados e oprimidos, especialmente nas obras *A formação da classe operária inglesa* (2004) e *Costumes em comum* (1998), para ajustar nossa leitura sobre o olhar de Fossari, compreendida como artista que olhou das ruas para as ruas ao retratar o cotidiano de ontem, em Florianópolis.

predominantemente estruturada pelo valor de uso, onde a urbanização capitalista tenderá subordinar o espaço ao valor de troca, convertendo-o em mercadoria e instrumento de acumulação. Para o autor, a cidade deixará de ser obra coletiva e passará a ser planejada segundo critérios de rentabilidade e eficiência econômica. Assim, os desenhos de Fossari adquirem função crítica em que pesem não apenas a rememoração de um passado, mas uma racionalidade espacial, na qual o território é experimentado antes de vir a ser efetivamente capitalizado.

A presença humana, ainda que discreta, é estrutural diante da arquitetura, expressando a transitoriedade da vida perante o cotidiano. A postura dos corpos sugere deslocamentos lentos, caminhadas, circulação, indicando uma cidade vivida a pé. As ilustrações operam como testemunho de uma cidade estruturada pelo uso e, portanto, inserem-se na disputa simbólica pelo direito à cidade, ao evidenciarem que a cidade pode ser organizada de forma distinta daquela orientada pelo consumo.

Em relação à narrativa geoespacial, a rua para Fossari (1978) é o eixo organizador das imagens, funcionando como norte espacial e narrativo. A topografia levemente inclinada e a presença da natureza ao fundo (morros, dunas, vegetação) referenciam uma cidade integrada à paisagem. As imagens, ao serem interpretadas como narradoras do território por meio de sua materialidade cotidiana, em que “o narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer” (Benjamin, 1987, p. 221), têm o poder de contar sua vida inteira nos mínimos detalhes. Os detalhes das obras de Fossari evidenciam que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (Benjamin, 1987, p. 223). O autor desenha uma historicidade silenciosa, na qual o passado se manifesta nos modos de construir, habitar e circular, afirmando especificidades regionais. Portanto, a cidade representada não é apenas um cenário, mas também um arquivo vivo de práticas sociais, tornando-se suporte de memória e identidade cultural para quem nela vive.

Ademais, é importante destacar como essas memórias e identidades se correlacionam com os dias de hoje, quando terrenos são cercados, prédios verticalizados e o acesso ao mar privatizado⁴. Ao retomarmos Harvey (2014), compreendemos que ter uma vista para o mar é ter uma vista privilegiada, que não vem mais da “história de baixo”, mas de algum lugar do alto que o privilégio econômico permitir. No que tange à formação de professores, os oceanos considerados patrimônio cultural de abrangência material (arqueologia, naufrágios) e imaterial (memória, tradições, modos de vida) não podem ser mais vistos apenas como um recurso natural, mas também como um espaço que molda a identidade de comunidades, influencia o clima e regula a vida em todo o espaço terrestre. Fossari

⁴ Tratada pela PEC 03/2022, que tramita no Congresso, também conhecida como “PEC das Praias”, a qual visa alterar a Constituição Federal ao transferir a propriedade de parte dos terrenos de marinha e seus acrescidos, atualmente sob domínio da União, para os estados, municípios e foreiros.

(1978) não chega a explorar o mar como elemento central dos seus desenhos, mas, ao olhar para “Florianópolis de ontem”, identificamos que ele está logo ali, compondo a tradição e os modos de vida da cidade, seja nas ruas, na arquitetura, na vegetação das encostas ou nos cestos que os trabalhadores carregam, remetendo-se à proximidade da encosta com o mar.

Figura 6 – Caminho do Itacorubi



Fonte: Fossari (1978).

Figura 7 – Casas térreas do Ribeirão da Ilha



Fonte: Fossari (1978).

No Caminho do Itacorubi (Figura 6), vemos uma pessoa carregando cestos, o que aponta para as práticas tradicionais de trabalho, como agricultura familiar, coleta, abastecimento doméstico e economia de subsistência. O caminho que liga casas, lugares e atividades indica a circulação cotidiana a pé, ausente de infraestrutura urbana como calçamento, veículos e redes elétricas. Na Figura 7, que remete às casas do Ribeirão da Ilha, identificamos a mesma arquitetura vernacular, com casas térreas simples, sem calçada e meio-fio. Ruas, árvores, sombras e objetos simples (tonéis e cestos) funcionam como indícios do jeito de ser ilhéu, das práticas sociais ligadas à subsistência, com mantimentos e a vida comunitária. Desse acionador e dispositivo de memórias, Benjamin (1987, p. 69) destaca que “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”, a ser convertida em uma comunicação pedagógica (Bernstein, 1990) para a formação de professores.

Instigados por Benjamin (1987), olhar para a Florianópolis de Fossari é também olhar para um patrimônio da cidade, aquele que advém do latim *patrimonium*, o qual exprime um bem recebido, que passa de uma geração para outra (Fontenele, 2020). No entanto, com a educação patrimonial, que desde o início do século XXI, por meio do IPHAN, abre-se para uma perspectiva libertadora, em que o contato direto com as evidências e manifestações culturais, nos múltiplos aspectos, possibilita que os educandos se apropriem e valorizem sua herança cultural, “capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4). Por fim, os autores concluem

que a educação patrimonial, como um instrumento de “alfabetização cultural”, possibilita fazer a leitura do mundo que nos rodeia, levando à compreensão do universo sociocultural e de nossa trajetória histórico-temporal, apropriando-se dos conhecimentos para formar um método teórico-conceitual de pensar e atuar (Libâneo, 2015).

A formação docente e a mediação do direito à cidade

Ao olhar para a cidade como um lócus social, a formação docente precisa habilitá-lo a lê-la criticamente. As análises das ilustrações nesse horizonte não se limitam ao reconhecimento estético da arquitetura pretérita, mas constituem exercício de problematização das permanências e rupturas inscritas na paisagem. Assim, de acordo com o Guia Básico da Educação Patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), a obra de Fossari deixa de ser transmissão de informações sobre bens culturais e passa a configurar-se como práxis reflexiva orientada à consciência histórica.

Analisar as obras em questão, pelos critérios analíticos já expostos, não se resume apenas a um ato estético e descritivo, mas, antes de tudo, a um gesto político, em que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 38). A formação de professores para a educação patrimonial implica reconhecer seus sujeitos como históricos, capazes de intervir simbolicamente na disputa pelas memórias da cidade. Na sensibilização pelas artes na educação patrimonial, como prática freiriana de alfabetização crítica do espaço, o professor em formação aprende a interpretar marcas históricas, relações de poder e identidades locais inscritas na materialidade arquitetônica, passando a ser um professor pesquisador/observador de seu território. Dessarte, Freire (1996, p. 29) destaca “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”.

Ao mobilizar imagens históricas da cidade, o docente assume uma postura investigativa, interrogando futuramente outros territórios: Que memórias são preservadas? Quais sujeitos são invisibilizados ou silenciados? Que relações de poder atravessam a organização social e territorial? Essa postura de interrogador rompe com a lógica da educação bancária e institui uma pedagogia problematizadora de seu território. Tais perguntas orientam a atenção ao detalhe arquitetônico, à escala humana e às marcas da identidade cultural, que constituem ato de resistência diante dos processos de homogeneização urbana e apagamento simbólico, como esses apontados por Lefebvre (1973; 2008) e Harvey (2014), cantados por *BaianaSystem* (2016).

A paisagem urbana, quando interrogada, revela contradições históricas – presenças e ausências, preservações e apagamentos, memórias legitimadas e silenciadas. No processo de formação docente, significa valorizar experiências vividas, saberes locais e narrativas comunitárias para fazer a leitura crítica das imagens, o que de fato constitui um exercício formativo, mobilizador da consciência histórica e sensibilidade cultural. O professor aprende a ler criticamente o espaço e a

reconhecer os quadros sociais (Halbwachs, 2006) que organizam a memória local, pelos grupos que a ele pertencem, em que a cidade passa a ser um suporte material da memória coletiva. Benjamin (1987, p. 224) destaca que articular historicamente o passado “não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’, mas apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo”, em que as análises das obras consistem em um ato político, diante do apagamento arquitetônico que a cidade vive em prol da “máquina de lucro”.

Perante uma cidade em permanente mudanças, marcada por processos de verticalização e privatização dos espaços públicos, a formação docente requer “consciência do inacabamento” (Freire, 1996, p. 50), reconhecendo que tanto a cidade quanto o professor são realidades históricas em constante devir. Se a educação é para Freire (1996) ato político, é pelas memórias que se configuram em dispositivos pedagógicos que podemos tomar consciência social de nosso patrimônio cultural.

Implicações didáticas para a formação docente

A incorporação das ilustrações de Fossari (1978) à formação docente demanda uma leitura crítica e problematizadora, ao cantar a cidade de Florianópolis, com a música: “Eu faço figa. Pra essa vida tão sofrida. Terminar bem-sucedida” (*BaianaSystem*, 2016). Logo, as ilustrações podem ser mobilizadas como dispositivos pedagógicos em práticas formativas, articuladoras de memória e consciência histórica para reivindicar o direito à cidade. Para tanto, torna-se importante fazer uma leitura orientada das ilustrações, a partir de questões problematizadoras, como: Quais sujeitos são representados? Quais práticas sociais são viabilizadas? Quais grupos não estão presentes? Que relações atravessam a organização urbana? São questões que deslocam a leitura da imagem do plano descritivo para o plano analítico.

No âmbito da formação docente, a leitura crítica dessas imagens tira o professor de uma posição de transmissor de conteúdo para um sujeito pesquisador de seu território, em consonância com Freire (1996). Ensino e pesquisa são “que-fazer” que se encontram um no corpo do outro, ampliando assim a realidade e os saberes sociais e culturais.

Outra estratégia não menos importante perpassa pela comparação entre passado e presente, incentivando os estudantes a relacionarem as cenas ilustradas com a atual configuração da cidade, identificando permanências, transformações e mercantilização dos espaços públicos.

Além disso, propõe-se a produção de narrativas visuais pelos próprios estudantes, por meio de registros fotográficos, desenhos e cartografias afetivas de seus territórios, possibilitando a articulação entre vivência e reflexão teórica. Essa prática visa fortalecer o reconhecimento do sujeito como produtor de conhecimento sobre o patrimônio histórico e agente na construção social de sentidos sobre a cidade. Assim, a análise imagética, quando articulada a práticas pedagógicas

intencionais, passa a ser um instrumento potente na formação de professores, contribuindo para uma educação emancipadora, comprometida com a leitura crítica da realidade social e com o direito à cidade.

Considerações Finais

O estudo demonstrou que a análise imagética, quando articulada à fundamentação teórica e articulada com a formação docente, pode constituir um dispositivo pedagógico relevante para a leitura crítica do território. Ao operar como exercício de alfabetização cultural e territorial, a leitura das imagens, para além de sua dimensão estética, insere o direito à cidade em uma dimensão formativa, voltada à constituição de sujeitos capazes de interpretar e problematizar a organização das cidades.

A partir de Lefebvre (1973; 2008) e Harvey (2014), compreende-se que a disputa pela cidade ultrapassa o plano jurídico e institucional, configurando-se também como disputa simbólica, que passa do valor de uso para o valor de troca. Nesse contexto, os desenhos de Fossari (1978) adquirem relevância teórica ao evidenciarem uma cidade ainda orientada predominantemente pelo valor de uso. A arquitetura vernacular, a circulação de pedestres, o comércio de pequena escala e a integração entre relevo e construções revelam uma centralidade vivida, na qual a rua se afirma como espaço de encontro e sociabilidade. As imagens registram práticas cotidianas e formas espaciais anteriores à hegemonia da racionalidade mercantil, permitindo compreender o deslocamento histórico do uso social do território para sua lógica de mercantilização urbana. Nesse sentido, a memória urbana não se reduz à nostalgia, mas atua como dispositivo crítico de leitura diante das transformações contemporâneas ao problematizar e tensionar processos de apagamento histórico.

O conjunto das ilustrações, ao registrar permanências, ritmos e atmosferas da cidade sob a perspectiva histórica e cultural, contribui para a compreensão da memória urbana para além dos mapeamentos convencionais, em que o passado é tratado como dimensão constitutiva do presente. Dessarte, a articulação entre educação patrimonial, memória urbana e formação docente não apenas amplia o escopo da prática pedagógica, mas também reafirma o compromisso ético e político da educação com a construção de uma sociedade mais crítica, sensível e consciente das disputas que atravessam o direito à cidade.

Referências

BAIANASYSTEM. *Duas cidades*. Salvador: Independente, 2016. 1 álbum digital.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNSTEIN, Basil. *Poder, educación y conciencia*. Barcelona: El Roure Editorial, 1990.

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

FONTENELE, Hamanda Machado de Meneses. Alfabetização do patrimônio: um laboratório de experiências. *Revista Galo: Arte, Sociedade e Cultura*, Parnamirim, ano 1, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistagalo.com>. Acesso em: 8 fev. 2026.

FOSSARI, Domingos. *Florianópolis de ontem*. Florianópolis: Editora UDESC, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCEZ, Luciane Ruschel Nascimento; MAKOWIECKY, Sandra. Domingos Fossari na memória: a trajetória de um artista. *DAPesquisa*, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 256-265, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5965/1808312904062009256>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/14178>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações sociais de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. *Educação & Realidade [on-line]*, v. 40, n. 2, p. 629-650, 2015. ISSN 0100-3143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623646132>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MAKOWIECKY, Sandra. *A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos*. Florianópolis: Dioesc – Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina, 2012.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, São Paulo, v. 14, n. esp. 17, p. 14-31, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/11073>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOKARCZUK, Olga. O narrador sensível. In: TOKARCZUK, Olga. *Escrever é muito perigoso: ensaios e conferências*. Tradução de Gabriel Borowski. São Paulo: Todavia, 2023. p. 235-258.